

## INTRODUÇÃO

*Olivia Rocha Robba*<sup>1</sup>

*Wagner Luiz Bueno dos Santos*<sup>2</sup>

É com grande satisfação e alegria que apresentamos aos leitores da revista *Temáticas* o dossiê *Militares e militarismos: perspectivas interdisciplinares sobre o universo militar*, fruto de um trabalho de cooperação que envolveu não somente os organizadores, mas também especialistas que se debruçam sobre questões que circunscrevem o universo dos militares. Gostaríamos de registrar, portanto, nosso agradecimento a todos os profissionais envolvidos nessa empreitada, cooperando de diversas formas para que esse trabalho se tornasse realidade.

Depois do golpe civil-militar de 1964 e de mais de vinte anos no poder, os militares voltaram ao centro da cena política brasileira. Ainda que algumas análises tenham apontado para essa possibilidade, parte considerável dos especialistas não acreditava em tal retorno. A eleição de 2018, que colocou na presidência um ex-militar, abriu uma nova conjuntura e, à medida que cargos da burocracia administrativa foram ocupados por militares – inclusive da ativa –, a participação desse setor na política nacional vem se tornando cada vez mais presente.

---

<sup>1</sup> Especialista em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz. Mestra em História das Ciências, das Técnicas e da Epistemologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Doutoranda em História Social pela Universidade de São Paulo. E-mail: oliviarobba@usp.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8322-8785>.

<sup>2</sup> Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Doutorando em História Social Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisador na Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha. E-mail: wluizbueno@yahoo.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9092-9056>.

Diversos especialistas têm procurado compreender e explicar o retorno dos militares ao centro da cena política. Entre eles, destacamos os pesquisadores João Roberto Martins Filhos e Renato Luís do Couto Neto e Lemos. Martins Filhos publicou recentemente *O palácio e a Caserna* (2019) e uma nova edição de *Segredos de Estado* (2019), importante trabalho no qual é revelado a participação de setores do governo inglês nos crimes cometidos pelo governo militar durante a Ditadura no Brasil. Os trabalhos recentes deste autor vêm se tornando uma referência incontornável não apenas para o debate acadêmico, como também para o debate público mais amplo, uma vez que chamam atenção para os efeitos e as consequências das ações e dos discursos dos militares que fazem parte do atual governo. Lemos, por sua vez, é tributário da corrente historiográfica que analisa o período da Ditadura considerando o envolvimento de empresários e civis no golpe de 1964. No recém publicado *Ditadura, Anistia e Transição Política no Brasil*, Lemos (2018) analisa como a leitura sobre uma “contrarrevolução preventiva” permaneceu mesmo após a queda do regime, perpetuando a lógica dirigente de dominação da burguesia nacional. Suas análises têm contribuído de forma esclarecedora para compreensão da atual conjuntura.

Como sabemos, nenhum processo histórico é descontinuado. Embora possam existir rupturas, as intercessões entre os fatos e os fenômenos históricos se correlacionam no tempo e no espaço. Como sugere Hobsbawm (1998), é de suma importância o movimento de olhar para o passado procurando uma perspectiva dos fatos, dos fenômenos e da história que sirva à compreensão do presente e que se projete para o futuro. Nesse registro, se queremos entender a participação dos militares neste momento histórico, temos que nos voltar ao passado, já que a participação militar na vida social e política no Brasil deixou marcas profundas, como argumentam Martins Filho (2019) e Lemos (2018).

A esse respeito, lembremos que as lutas contra os núcleos de resistência portuguesa pela Independência (1822) revelaram não só parte da grande influência que Portugal tinha em relação às províncias do norte, mas também uma grande operação militar (cf. KRAAY, 2011). Além disso, o processo que forjou a mudança de regime no final do século XIX teve ampla participação dos militares, como recorda Carvalho (2005), quando

observa que “tudo mudou” com a proclamação da República, e não exatamente por causa de um novo sistema de governo, mas pela maneira como a República foi proclamada: por um levante militar contra o governo. E no já mencionado golpe de 1964, as Forças Armadas foram um dos pilares para tomada do poder e para as operações de repressão contra quem se opusesse ao regime instaurado, processo bem retratado em Lemos (2018).

Se esses exemplos são insuficientes para indicar que a trajetória das instituições militares está intimamente vinculada à história nacional e que os militares possuem um protagonismo que moldou a política brasileira, o convite que se faz nesse momento é para que se lancem novos olhares, que se façam novas perguntas aos velhos temas, utilizando novas fontes e as já conhecidas, de modo a abrir novos caminhos para compreendermos passado e presente. Entendemos que o olhar a ser lançado às instituições militares deve ser atento a esses movimentos, seja por sua natureza como força coercitiva e de segurança nacional, seja como instituições que participaram e cooperaram com projetos políticos nacionais. É importante que o observador seja capaz de enxergar como as instituições militares se relacionam com a dinâmica social na qual estão inseridas, as mudanças provocadas por sua atuação e os processos históricos que as influenciaram.

Dito isso, os trabalhos reunidos neste dossiê buscam aprofundar a compreensão sobre o universo militar, lançando luz sobre suas diversas facetas, seja em setores cuja atuação é socialmente reconhecida ou que eram pouco explorados pelas instituições militares, seja em temas e problemas do universo militar completamente desconhecidos por parte da sociedade. Os textos apresentam contribuições acerca de diferentes perspectivas e abordagens que ampliam as reflexões dentro do campo historiográfico, e importantes contribuições no campo da memória, do patrimônio, das questões de gênero, explorando temáticas como associativismo, nacionalismo, instituições de ensino, justiça e formação militar, entre outros.

## **INSTITUIÇÕES MILITARES**

O artigo que abre o dossiê, de autoria de Daniela Marques da Silva, *A lei de promoções do Exército Brasileiro de 1850: a profissionalização do corpo de*

*oficiais da Escola Militar*, analisa a primeira tentativa de profissionalizar o corpo de oficiais do Exército brasileiro. A chamada “lei de promoções”, de 1850, passou a exigir requisitos mínimos e tornou obrigatória a passagem pela então Escola Militar para se alcançar o oficialato. Como argumenta a autora, a intenção era regular a ascensão no Exército a partir de critérios mais objetivos, que rompessem gradativamente com a tradição aristocrática, fundada na origem social do indivíduo e em relações pessoais e de parentesco. Ao instituir normas rígidas de promoção, essa lei aboliu o sistema antigo, de origem portuguesa, que permitia o acesso da nobreza aos altos postos da hierarquia militar, mesmo para os indivíduos sem experiência. Segundo a autora, essa lei representou uma grande transformação na composição da oficialidade militar a partir da segunda metade dos oitocentos.

Dentro da temática das Instituições Militares, no artigo *Profissionalização Militar: notas sobre o sistema do Exército Brasileiro*, Ana Penido de Oliveira e Suzeley Kalil Mathias defendem que a educação militar deve ser compreendida como uma variável relevante para se pensar uma profissionalização que aumente a segurança da própria sociedade, uma vez que essa educação é responsável pela reprodução simbólica e material da corporação. Como observam as autoras, diferente de outros ensinamentos profissionalizantes, que se preocupam com a dimensão material, é por meio da educação simbólica que o sentimento de corporação é formado e que princípios como hierarquia e disciplina são adquiridos.

Marcus Fernandes Marcusso, no artigo *A formação da elite militar brasileira: educação militar, Escola de Estado-Maior do Exército e o Ministério da Guerra de Góes Monteiro (1934-1935)*, chama atenção para as principais mudanças ocorridas na educação militar brasileira durante a gestão do General Góes Monteiro no Ministério da Guerra, entre os anos de 1934 e 1935. Em seu estudo, resultado de sua tese de doutoramento, é dado maior destaque à Escola de Estado-Maior do Exército, com o objetivo de proporcionar uma compreensão mais aprofundada sobre a formação do oficialato do Exército Brasileiro nas primeiras décadas do século XX. Este período ficou marcado por lançar as bases do processo de reorganização de forças internas no Exército Brasileiro, com a consequente redução

de oficiais da missão militar francesa em suas instituições de ensino e o aumento progressivo de oficiais brasileiros na condução delas.

No artigo *Militarismo jurídico, normalização disciplinar e a justiça castrense no Brasil*, Fábio Gomes de França e Filipe Emanuel Guerra analisam a criação e o desenvolvimento da Justiça Militar no Brasil desde o período imperial, que engloba tanto a esfera penal quanto a administrativa. Os autores demonstram que, sob a perspectiva castrense, a Justiça Militar visa a manutenção da hierarquia e da disciplina nos espaços de organização dos indivíduos no mundo militar. De modo mais preciso, o artigo analisa como a doutrina da Justiça Militar se consolidou como um poder normalizador fortemente influenciado por elementos que constituem os valores e a cultura militarista. Acompanhando o argumento dos autores vemos que, apesar das reformas e transformações que a Justiça Militar passou na transição para a República até os dias atuais, houve a permanência da *rastio cognoscenti*, que permite o uso de valores morais que extrapolam a legislação militar para a manutenção dos mecanismos disciplinar-normalizadores.

## MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

No debate sobre memória e patrimônio, Wanderson Ramon Pimentel Dantas e Johny Santana de Araújo, em *Entre a ficção e a realidade?*, utilizam a produção literária e os usos da memória de Boris Schnaiderman registrados no livro *Guerra em Surdina* (1964) como fonte de investigação histórica a respeito das experiências dos soldados da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Sobre a experiência da FEB, Rodrigo Musto Flores, no artigo *Força Expedicionária Brasileira: da militarização da memória aos usos políticos do passado*, traz uma importante contribuição ao debate historiográfico na medida em que analisa o papel da Agremiação de Ex-combatentes do Brasil de Juiz de Fora na construção da memória sobre a participação da Força Expedicionária Brasileira durante a Segunda Guerra Mundial e a progressiva construção de uma identidade em comum entre os veteranos de guerra e as Forças Armadas após o golpe de 1964. Como demonstra o autor, ao introduzir novos usos e significados do passado, este grupo de

veteranos buscou passar uma impressão de coesão entre seus interesses e o projeto político dos militares.

Edilan Martins de Oliveira, no artigo *Das trincheiras para a terceira guerra*, analisa a importância da criação da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil em Belo Horizonte após o término da Segunda Guerra Mundial. Contudo, em vez de utilizar como fonte os registros memorialísticos de seus ex-membros, o autor se vale das atas redigidas após as reuniões da agremiação, que constituem um importante registro sobre as concepções, posições e dilemas enfrentados pelos veteranos no imediato contexto do pós-guerra. Segundo o autor, além do seu caráter assistencial e das comemorações que tinham como objetivo a preservação da memória coletiva deste grupo, a existência da associação foi marcada por disputas políticas acirradas e pelo conservadorismo dos participantes.

Já Juliana Gois Bueno, no artigo *A política de Preservação do patrimônio imaterial do comando da aeronáutica: uma constante construção*, estuda a política de preservação do patrimônio histórico-cultural do Comando da Aeronáutica, elaborada pelo Sistema de Cultura do Comando da Aeronáutica, com destaque para o acervo que constitui seu patrimônio imaterial. Como sugere a autora, essa prática vem se firmando como uma política de preservação marcada pelo debate dentro do entendimento do valor histórico do seu patrimônio cultural e de seu significado para a Força Aérea Brasileira.

## GÊNERO

Em *Da censura ao camburão: a regulação da homossexualidade na ditadura civil militar brasileira*, Rodrigo Cruz Lopes analisa os debates que levantavam questões como a moral e os bons costumes que engendraram as políticas de controle do espaço público por meio da repressão contra a homossexualidade e marginalizaram gays, lésbicas, bissexuais e travestis durante a Ditadura civil-militar brasileira. Com esse recorte, o autor chama a atenção para a repressão policial por parte das delegacias e governos locais do país que, em conluio com diversos setores da sociedade civil - como jornais, revistas, igreja e até mesmo vizinhos -, aliavam-se discursivamente com os aparelhos jurídicos e policiais a respeito de uma construção negativa

da homossexualidade e, como consequência, legitimavam a violência e a discriminação contra esses grupos.

## NACIONALISMOS

O artigo *O corpo da nação: mudanças e permanências nas relações entre exército brasileiro, corporeidade e nacionalismo, uma leitura histórico-antropológica*, escrito por Diego Wander Thomaz, adota o ponto de vista histórico e antropológico para abordar temas que concernem ao corpo e sua fabricação associados às ideologias da “modernidade” e às conformações dos Estados nacionais e suas instituições. Além disso, os autores interpretam as relações entre o uso racional do corpo e a construção de um “espírito coletivo” através da ginástica, da educação física e do esporte, relações estas mediadas por instituições de Estado, com destaque para o Exército Brasileiro. O autor aborda ainda a recente associação entre os militares e a política esportiva nacional, mediante o fomento ao esporte olímpico, que envolve uma reinserção do Exército Brasileiro no cenário da gestão esportiva. Essa associação, para Thomaz, aponta para a relação entre o corpo disciplinado e o “espírito coletivo” engendrado pelo nacionalismo.

Já no artigo *Soldados Privados na América Latina: Operações e Recrutamento*, Marianna Braghini Deus Deu chama a atenção para a atuação de agentes corporativos denominados *outsourcing* militar, que, a partir da década de 1990, passaram a atuar dando suporte às operações militares nas regiões periféricas da América Latina, com o objetivo de desempenhar atividades que até então eram tradicionalmente realizadas pelo Estado. A autora estuda a proliferação destas empresas privadas, que nada mais são do que grupos de mercenários compostos por veteranos e policiais treinados com financiamento público, que se valem da sua formação para atuar a serviço do lucro do setor privado em determinadas regiões da América Latina.

## ENTREVISTA

O dossiê se encerra com uma entrevista com os historiadores Renato Luís do Couto Neto e Lemos - professor titular do Instituto

de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde coordena o Laboratório de Estudos sobre os Militares na Política (LEMP) - e Cláudio Beserra de Vasconcelos - Doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e vencedor do Prêmio Memórias Reveladas pela pesquisa que resultou no livro *Repressão a militares na ditadura pós 1964*. Na entrevista, conduzida por Wagner Luiz Bueno dos Santos, Olívia Rocha Robba, Daniel de Almeida Dias e Jhonathan Ferreira da Matta, temos um retrato das trajetórias intelectuais dos entrevistados e de suas inestimáveis contribuições aos estudos sobre a participação dos militares na história recente do Brasil.

Esperamos que o público tenha uma boa leitura e que os trabalhos apresentados aqui possam contribuir para um melhor entendimento do universo e do pensamento militar no Brasil, ampliando o debate historiográfico em torno das Forças Armadas.

## REFERÊNCIAS

- CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- KRAAY, Hendrik. *Política Racial, Estado e Forças Armadas na época da independência: Bahia, 1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2011.
- LEMONS, Renato Luís do Couto Neto e. *Ditadura, Anistia e Transição Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Consequências, 2018.
- MARTINS FILHO, João Martins. *O palácio e a Caserna: a Dinâmica Militar das Crises Políticas na Ditadura (1964-1969)*. São Paulo: Alameda, 2019.
- MARTINS FILHO, João Martins. *Segredos de Estado: O Governo britânico e a tortura no Brasil (1969-1976)*. Salvador: Saggá Editora, 2019.